



Alternância Integrativa como uma pedagogia de base agroecológica – caso do curso técnico profissionalizante em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia do IFB - Campus Planaltina

Vicente de Paulo Borges Virgolino da Silva¹

¹ Professor, IFB - Campus Planaltina. vicenteborges@ig.com.br

Introdução

O relato dessa experiência remete a uma contextualização histórica das possibilidades de ressignificação e consolidação da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, que começa em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, que deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica, dos quais se pretende atingir 562 unidades em 2014. Essas “novas” agrotécnicas federais assumem a missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo do campo.

Na complexa realidade e especificidade do campo, com a urgência de atender seus sujeitos historicamente desassistidos, vivenciamos como resultado de um longo processo de disputas, a partir do protagonismo dos camponeses, um novo ambiente institucional (SECADI, 2012), caracterizado principalmente pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (**PARECER CNE/CEB Nº 36**, de 4 de dezembro de 2001, e **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1**, de 3 de abril de 2002); pelo reconhecimento de dias letivos na aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas) (**PARECER CNE/CEB Nº 1**, de 2 de fevereiro de 2006); culminando na Política de Educação do Campo e no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) (**DECRETO Nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010).

Esse novo contexto instiga a discussão da necessidade de implementação dessas normativas que atendam às especificidades dos sujeitos do campo no âmbito da rede federal de educação profissional, em especial as que focam o ambiente rural, refletindo sobre seus currículos, metodologias e práticas de ensino que contemplem esses sujeitos concretos. Os temas relevantes nessa discussão passam pelo protagonismo dos sujeitos sociais e suas representações, na nova relação entre Estado e sociedade, e pelos métodos



que contemplem Tempos e Espaços Formativos que sejam adaptados aos sujeitos do campo.

O objeto desta análise surgiu da realização de uma parceria institucional realizada para atender a uma demanda de formação técnica profissional no âmbito do Pronera, em que se celebrou, a partir da proposição do Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus Planaltina, um convênio deste com a Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Padre Bernardo (Amefa), a Faculdade UnB Planaltina (FUP), a Prefeitura Municipal de Padre Bernardo - GO e a Superintendência Regional (SR28) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

As entidades parceiras apresentaram como objetivo a realização de um curso técnico profissionalizante em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia para 40 jovens assentados em projetos de assentamento do município de Padre Bernardo - GO, vinculados à SR 28 do Incra. Tinham a finalidade de atuarem como agentes de desenvolvimento sustentável da região e de fomento à produção agroecológica de subsistência e para comercialização, com sensibilidade para as questões produtivas, organizativas, ecológicas e sociais das famílias agricultoras.

Como objetivos específicos, foram elencados: oferecer ao mundo do trabalho um profissional dotado de conhecimentos técnico-científicos na área com competências e habilidades voltadas para o desenvolvimento sustentável e solidário; formar um profissional crítico, criativo e autônomo, ciente de estar historicamente situado num contexto social; oferecer embasamento teórico-metodológico para promover o desenvolvimento endógeno sustentável; reforçar e dar continuidade ao trabalho de articulação de uma rede de assentamentos e instituições de apoio à viabilização econômica-social-ambiental dos assentamentos; ampliar o envolvimento das instituições de ensino e pesquisa envolvidas com a Educação do Campo e a reforma agrária; promover, a partir de estágios nos assentamentos, o envolvimento dos jovens com as famílias de agricultores, em atividades de cunho ambiental, produtivo, organizativo e social, fortalecendo, desse modo, o desenvolvimento sustentável; e, por fim, colocar o IFB (estudantes e professores) em contato com a realidade dos assentamentos de reforma agrária, potencializando a troca de experiências e conhecimentos.

Na concepção do projeto que gerou o convênio, o protagonismo dos sujeitos do campo se deu para além da materialidade da demanda criada no Pronera, onde a comunidade se vez representar ativamente por meio da Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola (Amefa) de Padre Bernardo. Esta tinha claramente a



intencionalidade de revitalização da Escola do Campo, enquanto espaço formativo permanente, onde se daria a maioria das etapas do Tempo-Escola (TE) do curso mediado pelo IFB. Dessa maneira, conforme o projeto inicial, o IFB e a Amefa seriam responsáveis, inicialmente, pela coordenação-geral do curso, compreendendo o acompanhamento didático e pedagógico.

A atuação da FUP nessa parceria se daria no planejamento e orientação para a formação da prática da Pedagogia da Alternância junto aos docentes do IFB, bem como na indicação de licenciandos da Educação do Campo para atuarem como monitores bolsistas nos Tempos-Comunidade (TCs), visto essa instituição ter expertise a partir das experiências-pilotos da Licenciatura em Educação do Campo nas universidades públicas federais, atendendo edital do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo).

A Pedagogia da Alternância é apontada para que possa contribuir, no processo formativo dos educandos, para a compreensão dos processos sociais, técnicos, econômicos, políticos e ambientais da realidade vivenciada por esses sujeitos. Essa pedagogia serve aos propósitos da Educação do Campo, que não se apresenta apenas como um projeto educativo, uma modalidade de ensino, mas também uma perspectiva de transformação social, um horizonte de mudança nas relações sociais no campo e na sociedade brasileira, projetada pelos sujeitos coletivos de direito que a protagonizam (MOLINA, 2010).

Essa rede de parceria foi pensada para atender às demandas reais de fortalecimento dos Programas de Assentamentos atendidos no projeto, em que a Prefeitura de Padre Bernardo subsidiaria a reforma da Escola Família Agrícola, bem como forneceria o suporte de servidores públicos na área de segurança e merendeira, em especial nos períodos de TE que previstos, a ser realizados na comunidade, cumprindo o pressuposto da Educação do e no Campo.

Outro pressuposto da concepção da Educação do Campo¹ é de que a escola se configura como apenas mais um espaço de aprendizagens, constituição dos saberes,

¹ “Para a construção da escola do campo é prioritário discutir e repensar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) como o documento que define qual será a organização geral da escola e como instrumento de ação política que possibilita afirmar a identidade local e exercitar a autonomia e a participação coletiva. Cada escola tem a liberdade de elaborar o seu PPP. Não é necessário ‘engolir’ um projeto pronto, ‘de cima pra baixo’, e, muito menos, copiar de outra escola só porque é bonito. Não se pode fugir das diretrizes gerais da educação, mas é possível acrescentar elementos que correspondam aos interesses e necessidades específicas de cada escola. Cabe lembrar que o domínio da ciência é altamente relevante para a formação do sujeito, assim como dos aspectos políticos e humanos. São estes três fatores, juntamente com a relação entre trabalho e educação, que propiciam a formação integral da pessoa. E é essa formação integral que



acesso aos conhecimentos histórico-socialmente construídos, e seu currículo e metodologia estão atrelados a condições políticas e ideológicas. Sendo assim, o curso em Agropecuária tem como principal elemento o compromisso com a formação integral para a promoção do ser humano comprometido com o desenvolvimento de suas comunidades, como também da região onde está inserido. A ideologia que fundamenta e orienta a prática educativa nasce da consideração do homem e da mulher rural como ponto central e convergente da realidade que os circunda. Assim, objetiva juntar forças sociais no meio rural com vistas a desenvolver uma educação o mais integral possível — formar indivíduos que se sintam capazes de encontrar em si e em sua comunidade as forças necessárias para o engajamento em mudanças políticas, sociais, técnicas e econômicas.

Conforme o Plano de Curso, a Pedagogia da Alternância é proposta intencionalmente para que o processo de ensino-aprendizagem se dê em espaços diferenciados e alternados, tais como o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade), compartilhando-se os diversos saberes entre os diferentes atores/as participantes do processo formativo, permitindo-se refletir sobre realidades em bases científicas (ação/reflexão; teoria/prática).

Alternância Integrativa

No **PARECER CNE/CEB N° 1**, de 2 de fevereiro de 2006, o relator, Murílio de Avellar Hingel, justifica seu voto citando a tese de doutorado apresentada na Universidade de Brasília (UnB), em 2004, por João Batista Queiroz, na qual este classifica a metodologia formativa da alternância em:

- a) Alternância justapositiva**, que se caracteriza pela sucessão dos tempos ou períodos consagrados ao trabalho e ao estudo, sem que haja uma relação entre eles;
- b) Alternância associativa**, quando ocorre uma associação entre a formação geral e a formação profissional, verificando-se, portanto, a existência da relação entre a atividade escolar e a atividade profissional, mas ainda como uma simples adição;
- c) Alternância integrativa real ou copulativa**, com a compenetração efetiva de meios de vida socioprofissional e escolar em uma unidade de tempos formativos. Nesse caso, a alternância supõe estreita conexão entre os dois momentos de atividades em todos os níveis — individuais, relacionais, didáticos e institucionais. Não há primazia de um componente sobre o outro. A ligação permanente entre eles é dinâmica e se efetua em um movimento contínuo de ir e retornar. Embora seja a forma mais complexa da alternância, seu dinamismo permite constante evolução. Em alguns centros, a integração se faz entre um sistema educativo em que o aluno alterna períodos de

devemos perseguir quando pensamos em transformar a educação e em mudar a sociedade” (MACHADO, 2011, p. 32).



aprendizagem na família, em seu próprio meio, com períodos na escola, estando esses tempos interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos, pela associação, de forma harmoniosa, entre família e comunidade e uma ação pedagógica que visa à formação integral com profissionalização.

Cabe aqui uma relação entre os temas relevantes que suportam a concepção desse projeto, reafirmando o protagonismo dos sujeitos sociais e suas representações, a nova relação entre Estado e sociedade e métodos que contemplem Tempos e Espaços Formativos que sejam adaptados aos sujeitos do campo. Essa visão social de educação gera eixos básicos que vinculam as relações entre educação e trabalho, teoria e prática social; a necessidade de tomada de consciência de identidade e trabalho coletivo, construindo um processo de autonomia dos coletivos de docentes e discentes; e urgência de gestão democrática. A ferramenta formativa da autogestão busca a construção de sujeitos coletivos autônomos e construtores de novas realidades.

Para efetivação da Alternância Integrativa, se faz necessário compreender paradigmas de complexidade, e, para que de fato se estabeleça essa relação da escola, seu processo formativo e a sua realidade, recomenda-se adotar a prática de construção de complexos de estudos, conforme indica Pistrak (2002).

O curso técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia em Regime de Alternância – caso IFB - Campus Planaltina

Conforme Plano de Curso, em processo de trâmite para ser aprovado pelo Conselho Superior do IFB, o curso se dará em uma carga horária total de 2.510 horas/aula, com uma carga horária disciplinar de 1.300 horas/aula (equivalente a TE), uma de alternância família/comunidade de 840 horas/aula (equivalente a Tempo-Comunidade), uma de atividades complementares de 50 horas e uma de estágio supervisionado de 160 horas.

Ainda segundo o Plano de Curso, o perfil do egresso contempla as competências gerais:

- Planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases dos projetos agropecuários;
- Administrar propriedades rurais;
- Elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial;
- Fiscalizar produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;
- Realizar medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais;



- Atuar em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

E específicas:

- Prestar assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biossegurança;
- Executar projetos agropecuários em suas diversas etapas;
- Planejar atividades agropecuárias, verificando viabilidade econômica, condições edafoclimáticas e infraestrutura;
- Promover organização, extensão e capacitação rural;
- Fiscalizar produção agropecuária;
- Desenvolver tecnologias adaptadas à produção agropecuária;
- Disseminar a produção orgânica.

A estrutura curricular se dá de forma anual com um Itinerário Formativo de TE/TC, onde o trabalho de ensino-aprendizagem é desenvolvido sob orientação dos professores e dos técnicos com a participação dos estudantes. As atividades práticas complementam as aulas teóricas. Elas serão realizadas em laboratórios, unidades de ensino e produção, comunidades envolvidas no processo ou em outros locais, onde os estudantes poderão vivenciar um pouco da prática, e até mesmo da teoria.

Adotam-se ainda como práticas pedagógicas a participação do corpo discente em congressos, seminários e workshops, visitas técnicas, atividades em equipe, defesa e apresentação de seminários que se constituem nas aulas expositivas e dialogadas. No período complementar de TC, são previstas as seguintes atividades e instrumentos pedagógicos: Plano de Estudo; Caderno da Realidade; Visita às Famílias e às Comunidades; Cursos; Atividade Retorno; Projeto Pessoal.

As atividades de TC e TE se caracterizam por tempos educativos diferenciados, porém interagem de forma dialógica a partir das relações estabelecidas pedagogicamente. Os espaços de TC são complementares aos encaminhamentos das atividades de TE, assim, são momentos educativos de extrema formação com base na realidade, a partir da junção teoria-prática. Substanciam-se com mais evidência durante os momentos da relação TC-TE nos Seminários Integradores TE-TC e TC-TE.

O educando deverá ser um sujeito ativo desse processo, numa dinâmica permitida por instrumentos metodológicos específicos, em que exercita a captação de



indagações e problematizações providas da realidade de sua vida familiar e comunitária e leva-as à escola, coloca-as em comum, compara-as com os demais colegas, analisa-as, interpretando-as e as compreendendo. Dessa forma, considera-se que a pessoa se educa mais pelas situações que vive do que apenas pelas tarefas que realiza na escola.

Nessa proposta pedagógica, o aluno participa de atividades formais da escola de 8 a 12 dias, em regime de internato e, sucessivamente, volta para sua família e comunidade camponesa, por 20 a 30 dias intercalados, onde realiza as atividades próprias do meio agrário, trocas de experiências e associação do saber científico com o popular, de forma que os dois ambientes favoreçam a construção do conhecimento.

Objetivos da reflexão

- Contribuir para a visibilidade da experiência vivenciada na formação de uma turma do curso técnico em Agropecuária em regime de alternância no âmbito do IFB em convênio com o Pronera.
- Auxiliar na qualificação dos planejamentos e avaliações de metodologias adequadas a serem implementadas pelas unidades dos institutos federais de educação ou quaisquer outras instituições de ensino que se proponham a atender os sujeitos do campo.

Metodologia aplicada na abordagem

A metodologia utilizada neste trabalho se deu em função da necessidade de entender e adequar práticas na formação da turma do curso técnico em Agropecuária que ingressou em 2011 no Campus Planaltina, do IFB, e que concluiu suas atividades após 24 etapas mensais de alternância de uma semana de TE e três semanas de TC. A turma espera encerrar suas atividades no mês de julho do corrente ano. Nesse sentido, essa avaliação ocorreu a partir de um processo dialógico de práxis (ação-reflexão-ação) com revisões bibliográficas de Educação do Campo e da Alternância Integrativa.

A análise aconteceu a partir do olhar e de minha prática docente e de coordenação (podendo-se classificar como estudo de caso² e pesquisa-ação³) imbricado

² É um método de pesquisa de natureza empírica que investiga um fenômeno, geralmente contemporâneo, dentro de um contexto real, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto em que ele se insere não são claramente definidas (YIN, 2001).

³ Segundo Thiollent (2002, p. 75 *apud* VAZQUEZ e TONUZ, 2006, p. 2), com a orientação metodológica da pesquisa-ação, os pesquisadores em Educação estariam em condição de produzir informações e



nesse processo de formação/pesquisa, considerando as efetividades de implantação das propostas originais do PPP, seus limites e possibilidades na autogestão do curso a partir do protagonismo dos sujeitos do campo e suas representações, a compreensão e eficiência na construção de organicidades no processo formativo dos educandos, a efetuação das ações e práticas da Alternância Integrativa (segundo Jean-Claude Gimonet e João Batista Pereira de Queiroz) e de ações propostas e desenvolvidas nas comunidades assistidas, os resultados de seminários integradores de TE/TC, as intenções e implementações de trabalhos inter, multi e transdisciplinares. Para tanto, discuto políticas de acesso e permanência do IFB, a partir da discussão entre Educação Rural e Educação do Campo, as intencionalidades de currículos e práticas a partir da materialidade histórica dos sujeitos assistidos e das estruturas adequadas e necessárias para atingir objetivos esperados desse processo formativo.

Resultados e discussão

Os aspectos positivos vivenciados nessa experiência são objetivamente pontuados em parcerias com programas de governo como o Pronera: possibilidade de acesso e permanência de assentados da reforma agrária em cursos de profissionalização com adequação de metodologias e conteúdos específicos a realidades desses sujeitos do campo; adequada estrutura de transporte, alojamento e alimentação subsidiada no TE, bem como disponibilidade do corpo docente e de material didático-pedagógico, inclusive para práticas desse tempo formativo; trabalho e participação como princípios formativos com metodologias e protagonismos dos movimentos sociais nos grupos de organicidades e setores de trabalhos e fóruns de planejamento e participação; uso de métodos e diagnósticos e avaliações participativas; pedagogias interdisciplinares e eixos temáticos.

As principais limitações se deram no âmbito do convênio, na burocratização dos repasses de recursos e na incompreensão do IFB quanto a processos de institucionalização da presença das comunidades no ambiente escolar, como na contratação de monitores que acompanhariam os processos de organização comunitária, bem como na efetividade de ações concretas a partir do IFB nos processos de inserção no TC.

conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico, o que promoveria condições para ação e transformação dentro da própria escola.



O que se apresentou como maior limitação foi o fato do não cumprimento da contrapartida da Prefeitura de Padre Bernardo no que tange a reforma da Escola Família Agrícola, que acarretou a mudança estratégica das realizações dos TEs nas dependências do Campus Planaltina do IFB, o que em contextos complexos apresentou algumas vantagens, porém distanciou todo o processo formativo da comunidade, alienando esse processo, não permitiu o fortalecimento do princípio da Educação do e no Campo, bem como a instituição e revitalização desse espaço permanente de formação contínua da comunidade. Enfim, tanto em quantidade como em qualidade, descaracterizou-se a intencionalidade do projeto proposto.

A institucionalização das representações sociais do campo, tanto no que se refere à Amefa quanto o acompanhamento inicialmente previsto pelo Pronera na execução do projeto no âmbito do IFB, veio a culminar na incompreensão de várias necessidades administrativas da execução do projeto, que resultaram no estorno de parcelas dos recursos financeiros oriundos do Incra, na não contratação de monitores prevista no projeto para o acompanhamento de TCs e na sistematização de todo o processo de diagnóstico e de ações efetivas nas comunidades.

Conclusões

A Alternância Integrativa como estratégia pedagógica impulsiona mudanças na produção do conhecimento e no papel dos Institutos Federais de Educação, apoiando-se nos princípios da práxis e da valorização da cultura e práticas dos sujeitos do campo concretos e historicamente desassistidos. Nessa experiência inovadora, os institutos se apropriam dessa metodologia que foi empregada a partir das Escolas Famílias Agrícolas e que são mais adequadas para o acesso e permanência desses sujeitos tanto na escola como em sua materialidade de origem, ou seja, essa é uma metodologia que possibilita a fixação do sujeito do campo a partir de uma educação que pensa seus espaços e processos produtivos com tecnologias apropriadas ou adaptadas.

A organização dos tempos e espaços de aprendizagem em dois momentos, TE e TC, permite relacionar teoria e prática, partindo-se de reflexões, problematizações, aprofundamento e sistematização dos conhecimentos a partir de realidades específicas, cumprindo pressupostos de construção de complexos com abordagens interdisciplinares e multidimensionais, ressignificando conteúdos socialmente úteis e, em última análise, transformando realidades. No entanto, torna-se necessário o entendimento dos gestores



quanto à efetivação da figura dos monitores e da institucionalização da participação dos sujeitos do campo e de suas representações sociais no âmbito do IFB.

As investigações dessa experiência, a fim de constatar sua aplicação em bases e concepções agroecológicas, mostram-se coerentes ao que se propõem os princípios da construção agroecológica, principalmente quando se pratica o paradigma da complexidade, uma aplicação específica histórica e concreta, com abordagens inter, multi e transdisciplinares, realizando o diálogo de saberes, em especial o popular e o acadêmico, com bases em uma autogestão e construção popular, ressignificando o espaço camponês em busca de alternativas de reprodução de vida sustentáveis. Enfim, essa experiência procura a construção de conhecimento baseado no diálogo, na participação e na formação de consciência política.

Palavras-chave: Alternância Integrativa; Construção de complexos; Materialidade de origem; Educação de Campo.

Referências bibliográficas

MACHADO, I. F. Educação do Campo. In: **Caderno Pedagógico 1**; Educação do Campo. Formação e Desenvolvimento Comunitário. Série Sociedade Solidária. Editora Unemat, Volume 1, nº 1, 2011.

MOLINA, M. C. & MOURÃO, L. S. Desafios e perspectivas na formação de educadores: reflexões a partir da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília. In: DALBEN, A. *et. al.* (orgs.) **XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino** (Endipe). Autêntica, 2010, p. 369-388.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

SECADI. **Educação do Campo**: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: Secadi, 2012. 96 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.